

EXPANSÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO SUL DO BRASIL

EXPANSION OF SOLIDARY ECONOMY IN THE SOUTH OF BRAZIL

Bolívar Alencar Ribeiro

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – PR – Brasil

Resumo: Este trabalho foi baseado em uma análise detalhada das informações disponibilizadas pelo SIES/MTE, maior fonte de dados sobre a economia solidária no Brasil. O objeto de estudo foi a expansão da economia solidária na região sul do Brasil. Dessa forma teve por objetivo geral compreender e analisar a expansão da economia solidária nessa região. Foi constatada uma expansão considerável de empreendimentos sob os princípios da Economia Solidária na região, ocorrida em meio à crise do emprego formal na década de 90, tendo seu ápice de crescimento nos anos 2000, quando essa começou a configurar-se como política pública em nível nacional. Essa expansão deu-se de forma acentuada no estado do Rio Grande do Sul e em municípios pioneiros nas ações ligadas à economia solidária. Foram consideradas como hipóteses para esta expansão a ação das entidades de apoio e implantação das políticas públicas de apoio à economia solidária. A pesquisa mostrou que a existência de entidades de apoio, de ações governamentais e, a capacidade organizativa dos envolvidos, além do acúmulo de experiências, propiciam amadurecimento da articulação em torno da economia solidária e induzem à, criação de políticas públicas de apoio.

Palavras-chave: Economia Solidária, Trabalho, Política Pública, Região Sul.

Abstract: This work was based in a detailed analysis of supplied informations by SIES/MTE, the major database about Solidary Economy in Brazil. The object of this study was the expansion of the solidary economy in the south region of Brazil. This way the general objective to understand and to analyze the expansion of the solidary economy in the south region of Brazil. Thereby search to demonstrate the considerable expansion of activities under the principles of Economics Solidary, this occurred on the crisis of formal employment in the decade of 1990, and your apex of growth after the year 2000, when this began to configure how public policy at national. This expansion it was given of differentiated form in Rio Grande do Sul state in general and in pioneering municipalities in the actions that involved the Solidary Economy. Had been considered as hypotheses for this expansion the actions of support entities and the implantation of public politics of support the solidary economy. The research it showed that existence of entities of support, governmental actions, organization capacity of the involved ones beyond the accumulation of experiences is that propitiates matureness of the joint around the solidary economy and induces the creation of public politics of support.

Keywords: Solidary Economy, Labor, Public Policy, South Region.

INTRODUÇÃO

A Economia Solidária nasceu de experiências históricas da busca de trabalhadores, comunidades e teóricos por modelos de desenvolvimento que afirmassem a necessária submissão do aspecto econômico à satisfação das necessidades sociais dos indivíduos. Compartilhamos com Tevoedjre (1982) a ideia de que o saber econômico não deve se estabelecer sobre as premissas da vontade

de poder e da busca do lucro, mas sobre os princípios da boa organização da vida dos grupos humanos.

A partir dessas ponderações, podemos passar a nos questionar em que contexto a Economia Solidária emergiu no Brasil, e, mais especificamente, na região sul, objeto de estudo deste trabalho. Essa expansão deu-se em razão da organização dos trabalhadores, da crise do emprego acentuada na década de 90 ou das iniciativas de políticas públicas voltadas para o setor? Como se deu a distribuição espacial desses empreendimentos econômicos solidários na Região Sul? Qual a relação entre entidades de apoio, políticas públicas, fóruns de Economia Solidária e essa expansão dessa?

Dessa forma, o presente artigo discorre sobre a expansão da Economia Solidária na Região Sul do Brasil. Busca-se apresentar a importância das políticas públicas como parâmetro de análise para as diferenças e particularidades desses empreendimentos nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Este estudo também aborda a importância das entidades de apoio à Economia Solidária, como elementos fundamentais para sua expansão e desenvolvimento. Duas hipóteses foram levantadas. A primeira hipótese é de que o fator diferencial na expansão da economia solidária na região foi a existência de ações governamentais e a instituição de políticas públicas de apoio. A segunda hipótese é de que o fator diferencial na expansão da economia solidária na região ocorreu em função da aglutinação de entidades de apoio, experiências organizativas dos trabalhadores, que desencadeiam a instituição de políticas públicas de apoio à economia solidária.

Sendo assim, foi realizada uma análise dos dados referentes à Economia Solidária no Sul do Brasil, mais especificamente sobre o ano de criação dos empreendimentos e a presença das entidades de apoio. Esses dados foram expostos no Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária (SIES) e no Atlas da Economia Solidária (AES), compilados e disponibilizados eletronicamente pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego do Governo Federal. Esses instrumentos, segundo Zanchet (2008), possibilitam a elaboração de políticas públicas para o desenvolvimento local, pois evidenciam as características dos Empreendimentos Econômicos Solidários nos estados da região sul do Brasil.

ECONOMIA SOLIDÁRIA NAS BRECHAS DO CAPITALISMO

O saber econômico não deve se estabelecer sobre as premissas da vontade de poder e da busca do lucro, mas sobre os princípios da boa organização da vida dos grupos humanos. Do modo atual, a economia, em muitas linhas de pensamento, tem como mote, preponderantemente, a arte de obter dinheiro. Em contraposição a essa lógica, temos a busca por uma "outra economia".

Historicamente, os trabalhadores buscaram, como forma de enfrentar os dilemas impostos pelo capitalismo, formas alternativas de produção e consumo. Há

uma ampla gama de experiências em diversos momentos históricos e realidades como: os Kibutz, as cooperativas de Mondragón, os beneficiários do Grameen Bank em Bangladesh, as cooperativas de produção do Movimento dos Sem Terra no Brasil, entre outras iniciativas espalhadas pelo mundo, com proporções diferentes, mas com uma ideia central em comum: **o elo entre os trabalhadores e os meios de produção.**

O mundo do trabalho vem sofrendo uma série de metamorfoses nas últimas décadas, com reflexos consideráveis em todos os setores da sociedade e, como trata Antunes (1995), seu resultado mais brutal é o aumento do desemprego estrutural. Resultado de uma série de fatores, dentre os quais a crescente automação do trabalho, a precarização das relações trabalhistas e uma exploração ainda maior da capacidade produtiva de cada trabalhador. Dentre os dilemas do desemprego, Beatriz (2007) destaca sua característica de originar diversas perturbações ao trabalhador, as quais vão além do ponto de vista econômico, sendo a vida social e a sua afirmação enquanto sujeito afetadas drasticamente.

Cabe ressaltar que a maioria dos pobres no Brasil, segundo Carneiro (2003), trabalha no setor informal ou de forma autônoma, além de atingidos pelo desemprego. Dessa forma, políticas que visam ao emprego formal não contemplam essa população. Além de que o emprego, nos moldes atuais, na grande maioria das empresas pouco contribui para o desenvolvimento dos indivíduos, enquanto sujeitos críticos e atuantes nas questões tocantes à sua vida em comunidade.

A Economia Solidária foi tomando forma através dos empreendimentos que surgiram em determinados momentos históricos como forma de os trabalhadores sobreviverem e ao mesmo tempo fazerem uma contraposição ao sistema econômico vigente. O desenvolvimento do conceito de Economia Solidária teve, no entanto, contribuições decisivas dos chamados *socialistas utópicos*, como Robert Owen, cujas ideias inspiraram os pioneiros da cooperativa de Rochdale¹, precursora do movimento cooperativista e seus ideais.

Nesse contexto, emergem as organizações e práticas que formam o conceito de Economia Solidária que, de acordo com Gaiger (2008), compreende as diversas modalidades de organização econômica originadas da livre associação dos trabalhadores, com base em princípios de autogestão, cooperação, eficiência e viabilidade. Aglutinando indivíduos excluídos do mercado de trabalho, ou movidos pela força de suas convicções, à procura de alternativas coletivas de sobrevivência, os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) desenvolvem atividades nos setores da produção ou da prestação de serviços, da comercialização e do crédito de caráter permanente e coletivo.

Os empreendimentos econômicos solidários utilizam pouco capital e muitos recursos humanos, resultando assim em um custo financeiro reduzido. Isso ocorre pelo fato de que estes recursos humanos primam primeiramente pela oportunidade de trabalho e renda que os Empreendimentos Econômicos Solidários possibilitam.

¹ Primeira cooperativa de consumo, precursora dos princípios cooperativos, estabelecida no interior da Inglaterra no ano de 1844.

Da mesma forma constituem um diferencial competitivo, devido ao seu espírito de iniciativa, de organização e de inovação a essas pessoas acostumadas a “se arranjar” (TEVOEDJRE, 1982).

Segundo Tevoedjre (1982), as possibilidades de dinamizar esse setor da economia são muitas, destacando-se o acesso ao crédito e a qualificação das pessoas de acordo com suas necessidades e as do empreendimento.

As formas diferenciadas de gestão dos EES, como por exemplo, a cooperação e a autogestão, são importantes como base para a Economia Solidária. No entanto, é relevante a ressalva feita por Schütz (2008) que, se estas práticas estiverem integradas à dinâmica capitalista, perde-se a novidade e a oportunidade histórica de reformulação econômica proposta pela Economia Solidária. Ela compreende estas práticas de gestão diferenciadas, canais de comercialização justos, redes solidárias de produção e consumo e serviços de crédito popular.

A cooperação, a autogestão e a solidariedade são elementos fundantes das proposições da Economia Solidária. A igualdade e a justiça na divisão dos frutos do trabalho, a não dissociação entre trabalho técnico-gerencial e o trabalho convencional desenvolvem a consciência dos trabalhadores e traz acréscimos consideráveis para os construtores da Economia Solidária.

A participação dentro do empreendimento solidário proporcionou também a ideia de associação com outros empreendimentos solidários e com movimentos sociais. Hoje, o fator preponderante para o crescimento da Economia Solidária, segundo Mance (2003), é a sua interligação em redes de empreendimentos solidários, o que sinaliza a possibilidade de um desenvolvimento integrado de empreendimentos dispersos em uma região.

METODOLOGIA E BASE DE DADOS

Cabe destacar primeiramente a escolha da região Sul do Brasil, como área delimitada para o estudo sobre a expansão e o desenvolvimento da Economia Solidária no Sul do Brasil. Essa região foi escolhida por ser a área onde possui maiores possibilidades de intervenção, compreensão e diálogo com os construtores da Economia Solidária. Dessa forma, se amplia o potencial de compreensão do fenômeno estudado, pois os aspectos regionais são considerados e não se perdem em meio aos dados obtidos na pesquisa.

A pesquisa teve caráter quantitativo e qualitativo. A parte qualitativa baseou-se em uma revisão bibliográfica e documental sobre a Economia Solidária na região Sul do Brasil. Isso contribuiu para a obtenção de informações sobre os EES e o fenômeno da Economia Solidária em si. No que se refere às entidades de apoio, além dos dados do SIES e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária-FBES, foi enviado um questionário a todas as 15 Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCPs, da região Sul, ligadas a diversas universidades e faculdades. Isso se fez necessário para a melhor compreensão da relação entre a universidade, os EES, os gestores públicos e os fóruns de Economia Solidária.

Na pesquisa quantitativa, foi utilizada a base de dados do Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária, disponibilizada eletronicamente pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, do Brasil, ressaltando-se que essa base de dados utilizada foi a mais recente disponibilizada, ano de 2007.

Foram analisadas informações a respeito dos EES e das entidades de apoio ligadas à Economia Solidária. Os dados do FBES, que tratam da organização dos fóruns regionais de Economia Solidária, também contribuíram para esta pesquisa.

ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

No Brasil, as primeiras expressões de empreendimentos correlatos à Economia Solidária, segundo Singer (2002), deram-se através das cooperativas agrícolas e de consumo fomentadas pelos imigrantes europeus. No entanto, atualmente grande parte dessas cooperativas agrícolas não pode ser considerada como integrante da Economia solidária, dado o seu desvirtuamento dos princípios cooperativos para atender ao mercado.

Na década de 1980, dois importantes focos de apoio aos empreendimentos econômicos solidários surgiram. A Cáritas, entidade ligada à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), passou a financiar e apoiar diversos empreendimentos nessa perspectiva. Outro exemplo em vigor até hoje são as cooperativas agrícolas do Movimento dos Sem-Terra (MST).

Ainda de acordo com Singer (2000), outros projetos como as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), a Agência de Desenvolvimento Solidária (ADS) da Central Única dos Trabalhadores (CUT), e o movimento de Ação da Cidadania contra a fome, tiveram um papel importante no fomento à Economia Solidária no país. Destacamos ainda as diversas iniciativas locais, com apoio do poder público ou fomentadas pelas próprias comunidades, que foram preponderantes para o avanço da Economia Solidária no Brasil.

A explosão da Economia Solidária no Brasil se deu a partir da década de 1990, dos EES em atividade em 2007, cerca de 89% haviam surgido durante a década de 1990 e nos primeiros anos do século XXI. No entanto, ela não foi resultado primeiramente de projetos sindicais, políticos ou acadêmicos como o Banco da Aldeia². Isso se deu, de acordo com Coutrot (2001), pela necessidade dos indivíduos. Na década de 1990, o mercado de trabalho sofreu os efeitos da chamada "crise do emprego", como observamos no Gráfico 1.

² O Grameen Bank em Bangladesh, uma iniciativa do professor e Nobel da Paz Muhammad Yunus. Ver mais em "O banqueiro dos Pobres". Muhammad Yunus. Ed. Ática, 2002.

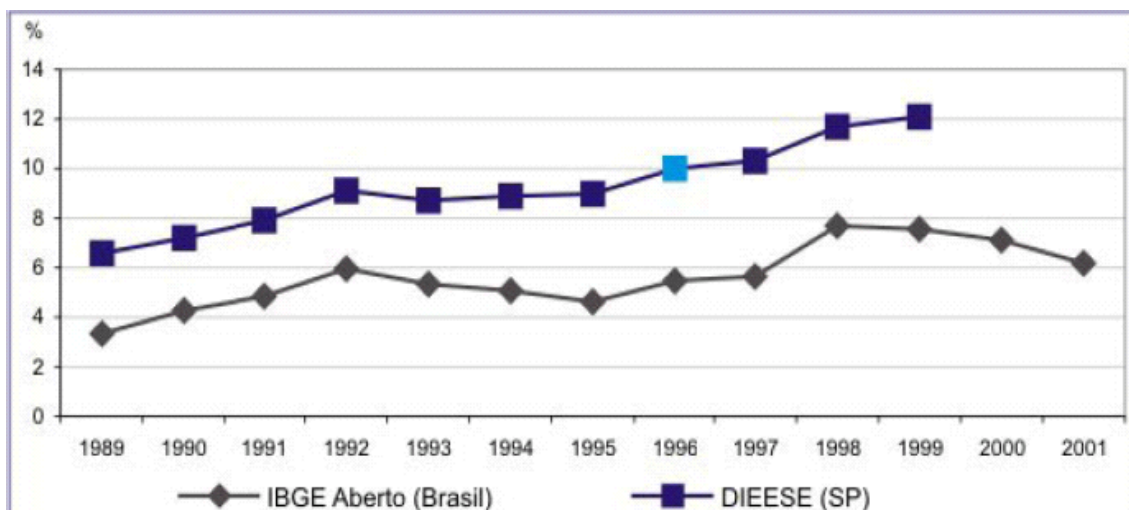


Gráfico 1 - Índices de desemprego – Brasil – 1989-2001

Fonte: IBGE/DIEESE

É possível observar no Gráfico 1, ainda, que em ambos os cálculos, o desemprego praticamente duplica ao longo desta década. Esse aumento veio como fruto do processo de globalização, da reestruturação das empresas e da incorporação de inovações tecnológicas que fizeram com que diversos postos de trabalho e empresas fossem extintos.

Essas disparidades causadas pela desigualdade de renda e de oportunidades relegam uma grande massa populacional para trabalhos mal-remunerados, desprovidos de individuação, e em muitos casos levam ao desemprego. Essa precarização das relações de trabalho, afirma Barbosa (2007), está intimamente ligada ao desemprego, ocasionando com isso um aumento considerável da informalidade, bem como de alternativas que os indivíduos criam para obter renda. Dessa forma, com a crescente precarização do trabalho, dado pela flexibilização do trabalho, pelo aumento crescente do desemprego e das subocupações, a Economia Solidária expande-se como alternativa de geração de trabalho e renda para os trabalhadores.

Economia Solidária na região Sul do Brasil

Como percebido, historicamente os trabalhadores buscaram formas alternativas de produção, consumo e ainda de organização social, como maneira de sobreviverem em condições sociais adversas. Na região Sul do Brasil, isso também ocorreu desde as primeiras ações de colonização.

Exemplos históricos como a Colônia de Santa Cecília, inspirada em princípios anarquistas no Paraná, o Falanstério do Saí em Santa Catarina, segundo os princípios de Fourier³ e as experiências de solidarismo mútuo da colônia russa no Rio Grande do Sul, foram as primeiras experiências nos moldes do que hoje

³ Socialista utópico francês que propunha o cooperativismo como forma de organização sobre a forma dos falanstérios (construções comunais), que possibilitariam o desenvolvimento pleno do ser humano.

tratamos por Economia Solidária na região. No entanto, as experiências de produção coletiva, até a década de 1980, eram constituídas de ações isoladas e dispersas, considerando que o número de EES em atuação hoje surgidas antes desta década é de cerca de uma centena apenas.

Somente a partir desta década que ações efetivas, visando à cooperação como forma de geração de emprego e renda, começaram a borbulhar pela região, ainda que timidamente.

Na Região Sul, este processo também teve a participação de uma série de atores sociais, tais como: sindicatos, Organizações Não Governamentais (ONGs), entidades religiosas, universidades e movimentos sociais rurais e urbanos. As administrações municipais e estaduais do Partido dos Trabalhadores (PT), segundo Coutrot (2001), tiveram um papel importante no fortalecimento dessas ações.

Uma das primeiras experiências de destaque, ligadas à Economia Solidária na Região Sul, deu-se no Rio Grande do Sul, através dos Projetos Alternativos Comunitários (PACS) fomentados pela Cáritas – entidade ligada à igreja católica.

Esses projetos frutificaram e deram lugar a empreendimentos econômicos solidários como, por exemplo, a Coesperança na região de Santa Maria no Estado do Rio Grande do Sul. Essa é uma organização de referência da Economia Solidária no Brasil e que realiza há mais de 15 anos a Feira do Cooperativismo Popular e da Economia Solidária, um evento internacional e em contínua expansão (BALBINOT, 2007).

A Economia Solidária em cada um dos estados do Sul do Brasil

a) No Paraná

A Economia Solidária no Paraná é recente, embora experiências históricas como a Colônia Cecília tenham tido lugar no estado e o cooperativismo tenha servido de base para as grandes cooperativas agropecuárias exportadoras presentes em quase todo o estado. No entanto, mesmo com o crescimento destas cooperativas e seu direcionamento majoritário para fins mercadológicos, em detrimento da doutrina cooperativista e do papel social da cooperativa, as mesmas não fazem parte do universo da Economia Solidária no estado.

Ao adotarem práticas de empresas capitalistas convencionais, salvo raras exceções, foram obtidos resultados expressivos: 55% da economia agrícola do estado e um faturamento de 22 bilhões de reais em 2007 (OCEPAR, 2008). Isso tudo em decorrência de trabalho de forma não associada, com diversos trabalhadores mal remunerados, milhares de trabalhadores em atividades desgastantes atuando em “cooperativas”, principalmente no ramo frigorífico (FINKLER, 2007). Feito esse parêntese, voltemos ao cooperativismo popular comprometido com o ser humano e com o desenvolvimento da Economia Solidária no Paraná.

Os empreendimentos de Economia Solidária no Paraná começaram a despontar na década de 1990, frutos de ações comunitárias voltadas para a

geração de trabalho e renda. Os clubes de mães, atividades desenvolvidas em associações de moradores e iniciativas apoiadas por programas de governo e não políticas públicas⁴ foram os primeiros EES do estado.

Duas das primeiras entidades a apoiar a Economia Solidária no Paraná foram o Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (CEFURIA) e o Instituto de Filosofia da Libertação (IFIL) ambos de Curitiba, que fomentaram entre 1999 e 2000 o cadastro de atividades produtivas, a organização de seminários e feiras de Economia Solidária. Ao mesmo tempo, surgiram clubes de trocas na região metropolitana de Curitiba e em outros pontos do estado, bem como a ITCP da Universidade Federal do Paraná (BEATRIZ, 2007).

No entanto, o estado apresentou em 2007, 32,75% dos EES dispostos atuando na área rural e 20,22% com atividades nas áreas rural e urbana. Isso se deve em grande parte à atuação das associações de pequenos produtores rurais e das cooperativas de produção do Movimento dos Sem Terra (MST), que atuam nas mais diversas regiões do estado (COUTROT, 2009).

Entre os EES que tiveram origem em fábricas recuperadas pelos trabalhadores, destaca-se a COOPERBOTÕES, da cidade de Curitiba, uma das maiores produtoras de botões da América Latina. Desde 2004, os trabalhadores vêm lutando e atuando sob a lógica da Economia Solidária, inclusive apoiando outros EES através da troca de experiências. Um exemplo são os EES urbanos que perfazem 55% do total do estado.

Em 2007, o Paraná contabilizava cerca de 808 empreendimentos ligados à Economia Solidária, contando com 49.908 participantes, a grande maioria em empreendimentos com até 10 participantes, dispersos em 149 municípios, 35% do total do estado, segundo Zanchet (2008), concentrando-se na Região Metropolitana de Curitiba e na cidade de Londrina.

a) Em Santa Catarina

Os empreendimentos econômicos solidários no estado de Santa Catarina tiveram sua formação de modo diferenciado dos demais estados da região sul. A margem de políticas públicas efetivas, os empreendimentos econômicos solidários catarinenses surgiram devido à luta dos trabalhadores pela manutenção de seus postos de trabalho no processo de falências de uma série de empresas nas décadas de 80 e 90.

Um dos primeiros empreendimentos foi a Cooperminas, empresa extrativa de carvão, do município de Criciúma, que hoje conta com 800 cooperados e é a única empresa carbonífera do Brasil gerenciada pelos próprios trabalhadores. Outro exemplo é a Bruscor da cidade de Brusque que, de acordo com Pedrini (2000), é fruto da consciência coletiva de jovens ligados à teologia da libertação que resolveram se organizar de forma horizontal para produzir cadarços, cordas e elásticos, com a sua forma de organização sendo objeto de diversos estudos acadêmicos. As fábricas ocupadas em Santa Catarina seguem sua luta em busca de trabalho e renda, apontando para novos horizontes nas lutas dos trabalhadores.

⁴ Devemos ressaltar que os programas de governo têm caráter transitório e não constituem ações duradouras, enquanto as políticas públicas têm o respaldo legal, possibilitando ações estruturantes.

Um exemplo recente é a resistência das indústrias do setor de plásticos em Joinville: Interfibra e Cipla. Santa Catarina ainda tem como exemplos de empresas autogestionadas a Coopervectra, oriunda da massa falida de uma cerâmica no município de Içara.

Em 2007, o estado contava com 685 EES, com mais de 127 mil participantes, principalmente em EES que possuem entre 20 e 50 integrantes, com uma leve predominância dos que atuam na zona rural. A Economia Solidária está presente em 175 municípios, cerca de 60% do total das municipalidades do Estado.

a) No Rio Grande do Sul

Uma das primeiras experiências de destaque ligadas à Economia Solidária no Rio Grande do Sul, foram os Alternativos Comunitários (PACS) fomentados pela Cáritas – entidade ligada à igreja católica. Posteriormente, diversos programas de governo apoiaram ações ligadas à Economia Solidária, possibilitando a criação de EES em diversos municípios.

Dessa forma, o estado foi pioneiro em diversas ações ligadas à Economia Solidária, chegando a constar como programa de governo, junto à Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais, no ano de 2001. Assim diversos projetos juntamente com o suporte das prefeituras foram apoiados em todo o estado.

Esses projetos frutificaram e deram lugar a empreendimentos econômicos solidários como, por exemplo, a rede Coesperança na região de Santa Maria no Estado do Rio Grande do Sul, uma organização de referência da Economia Solidária no Brasil e que realiza há mais de 15 anos a Feira do Cooperativismo Popular e da Economia Solidária, um evento internacional e em contínua expansão (BALBINOT, 2007).

Em 2007 o Rio Grande do Sul contava com 2.085 EES, com mais de 364 mil participantes. Esses EES estão dispostos em 303 municípios gaúchos, que correspondem a 61,08% do total de municípios do estado. Do total desses EES, 38,15% atuam na zona rural; 41,58% na zona urbana; e o restante (20,26%) atuam nas duas áreas, rural e urbana. O estado, como pioneiro no que tange à Economia Solidária, possui um número expressivo de EES e costumeiramente é tratado como referência em relação à Economia Solidária no Brasil. Grande parte disso se deve às entidades de apoio, aos programas de governo e às políticas públicas que apoiaram a Economia Solidária no estado.

Entidades de Apoio à Economia Solidária na Região Sul

A Economia Solidária muitas vezes, antes do apoio do poder público ou quando esse é inexistente, é apoiada por entidades da sociedade civil que colaboram para o fortalecimento de suas atividades. Esse apoio vai desde a disponibilização de recursos, tanto físicos e financeiros como humanos, na organização dos empreendimentos econômicos solidários. Grande parte desses projetos apoiam ações ligadas ao cooperativismo e ao associativismo, à

preservação do meio ambiente e a grupos em situação de pobreza ou vulnerabilidade social.

A Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do trabalho considera como entidades de apoio, assessoria, e fomento à Economia Solidária:

organizações públicas e privadas sem fins lucrativos que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto, capacitação, assessoria, incubação, assistência técnica e de gestão e acompanhamento junto aos Empreendimentos de Economia Solidária. (SENAES, 2009)

Segundo dados do SIES (2007), cerca de 80% das EES dos estados do Paraná e do Rio Grande do Sul receberam algum tipo de assessoria, assistência ou capacitação, enquanto em Santa Catarina 86,6% dos EES obtiveram esse apoio. Constatamos assim que a grande maioria dos EES nos três estados contou com algum tipo de apoio no decorrer de sua história.

O apoio ofertado se dividiu de forma semelhante nos três estados, em: assistência técnica e/ou gerencial, qualificação profissional, técnica, gerencial, atingindo 56,41% dos EES apoiados no Paraná; 64,54% em Santa Catarina; e 57,12% no Rio Grande do Sul. Mostra-se assim razoável a qualificação ofertada aos EES, embora a sua totalidade necessite de ações de qualificação para que a viabilidade econômica dos EES seja obtida através da qualidade dos produtos/serviços e na gestão desses produtos/serviços.

No que tange à formação sociopolítica (autogestão, cooperativismo, Economia Solidária), o Paraná teve 24,57% dos EES, sendo apoiados dessa forma, enquanto os EES do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina obtiveram respectivamente 15,65% e 12,87% de apoio nesse aspecto. Esse aspecto é relevante, pois juntamente com ações que visem à viabilidade econômica dos EES, como tratado anteriormente, é imprescindível à formação pautada nos princípios da Economia Solidária. Somente assim os membros dos EES poderão internalizar a proposta da Economia Solidária e fazer com que essa cresça enquanto forma de produção e de consumo distinta e contrária à das empresas convencionais.

Demais ações de apoio, como assistência jurídica, assessoria em marketing e na comercialização de produtos e serviços; diagnóstico e planejamento (viabilidade econômica); assessoria na constituição, formalização ou registro, alcançaram 13,6% dos EES apoiados no Paraná, 19,39% dos EES de Santa Catarina e 19,20% dos EES gaúchos. Esses dados são preocupantes, pois justamente essas ações, que alcançaram uma parcela mínima dos EES da região Sul, são essenciais para a consolidação dos EES, para sua viabilidade econômica e para a constituição das redes e cadeias solidárias.

Esse apoio fornecido por diversas organizações, como tratado anteriormente, é primordial para que os EES possam dar os primeiros passos. Sendo os trabalhadores, na sua maioria, com baixo grau de escolaridade e acostumados às lógicas das empresas capitalistas, precisam compreender a

proposta da Economia Solidária e adquirir ainda mais qualificação técnica e gerencial para o sucesso dos empreendimentos.

Muitas vezes os EES recebem apoio de mais de uma organização ou entidade. Nos três estados sulistas predomina o apoio ofertado por órgãos governamentais; ONGs OSCIPs⁵; associações comunitárias, igrejas e associações religiosas; o sistema 5 "S", especialmente o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP.

Em menor número, os EES recebem apoio dos movimentos sociais, principalmente o sindical e de cooperativas de técnicos, geralmente no meio rural. O apoio ofertado pelas universidades será tratado na sequência do estudo.

A Tabela 1 – Entidades de Assessoria em Economia Solidária – Região Sul, representa estes apoiadores e suas práticas e ações junto aos EES.

Tabela 1 – Entidades de Assessoria em Economia Solidária – Região Sul

Entidades de assessoria e fomento à economia solidária	Caracterização do apoio ofertado e abrangência
Anteag – Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão	Atua na assessoria das empresas recuperadas por trabalhadores. Teve participação importante na consolidação da Economia Solidária no Rio Grande do Sul. Apoia com ênfase hoje as empresas recuperadas de Santa Catarina.
Cáritas Brasileira	Organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, atua nos 3 estados da região Sul. Desenvolveu, a partir de 1980, os Projetos alternativos comunitários (Pacs), que foram de suma importância para a Economia Solidária no Rio Grande do Sul.
Concrab – Confederações das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil	Apoia as cooperativas da reforma agrária em toda a região Sul.
Entidades da Sociedade Civil e Organizações Não Governamentais	Apoiam atividades que geram trabalho e renda. No entanto a ideia de Economia Solidária, entre esses, vai desde a filantropia e as medidas paliativas, a proteção ao meio ambiente, até a concepção de um outro padrão de desenvolvimento. Muitas vezes recebem recursos públicos para a execução de qualificações e apoio aos EES.

⁵ Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, criadas pela iniciativa privada e amparadas legalmente para estabelecer convênios com o poder público, recebendo assim recursos públicos para a execução de suas atividades. Diferencia-se pela transparência exigida para a celebração dos convênios e parcerias firmadas.

Continuação

Entidades de assessoria e fomento à economia solidária	Caracterização do apoio ofertado e abrangência
Movimento Sindical/ ADS/CUT – Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores	Os sindicatos de maneira geral apoiam grupos de trabalhadores excluídos para a realização de atividades produtivas de forma associada. Atuam também em fábricas recuperadas para que os trabalhadores possam conduzi-las sob os preceitos da autogestão.
Movimentos Sociais e Populares	Contribuem para a formação socio-política dos integrantes da Economia Solidária, com o apoio de iniciativas contra-hegemônicas de produção/consumo e a luta pelos direitos dos cidadãos.
SEBRAE E SESCOOP	Apoiam EES, tanto no aspecto formativo, quanto gerencial em toda a região.

Fonte: Adaptado do FBES (2007) e de Barbosa (2007).

O acesso dos EES da região sul ao apoio é tratado no Gráfico 2, o qual demonstra que este índice, equivalente a 80,4%, é mais elevado do que os 72,7% da média nacional.

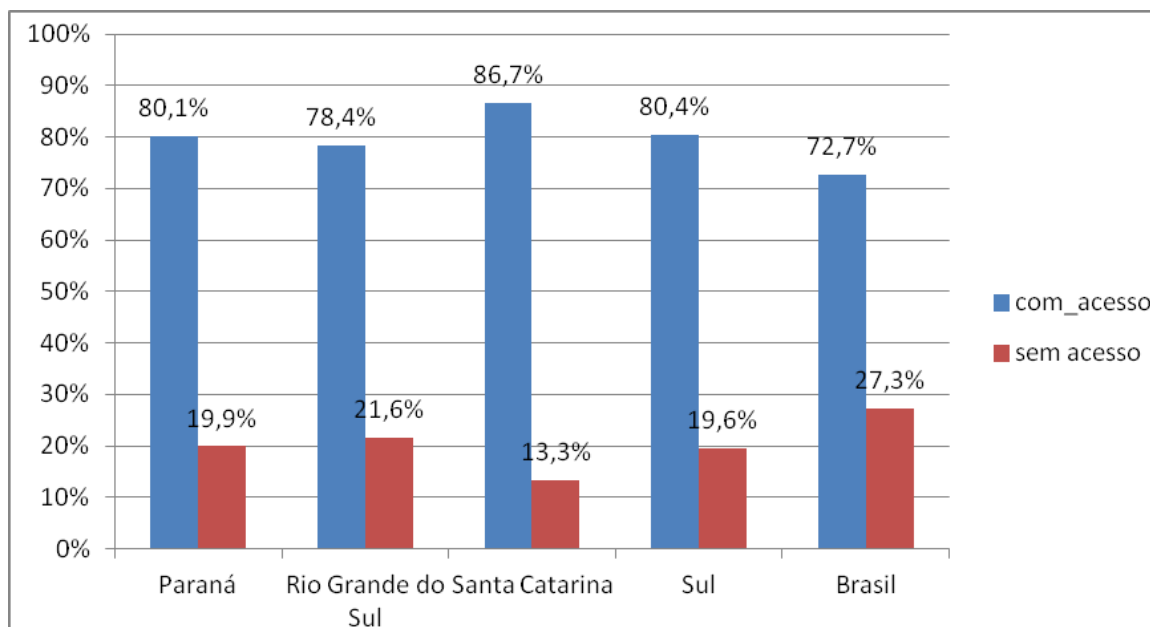


Gráfico 2 - Acesso dos EES da região sul a apoio

Fonte: Dados do Atlas de Economia Solidária compilados pelo autor

Os dados apontam que cerca de 80% dos EES dos estados do Paraná e Rio Grande do Sul receberam algum tipo de assessoria, assistência ou capacitação, enquanto em Santa Catarina 86,7% dos EES obtiveram este apoio. Baseado nos dados, foi possível constatar que a grande maioria dos EES nos três estados contou com algum tipo de apoio no decorrer de sua história.

Predomina na região sul (Gráfico 3) o apoio aos EES por meio de órgãos governamentais, assim como no restante do país. Esse tipo de apoio alcança mais de 50% dos EES nos estados do Paraná e de Santa Catarina. O apoio aos EES proveniente de órgãos governamentais prevalece nos estados da região sul. Tal qual se apresenta na região, isso se repete no restante do país. Nos estados do Paraná e de Santa Catarina, esse tipo de apoio ultrapassa os 50%, com 52,2% e 55,7%, respectivamente.

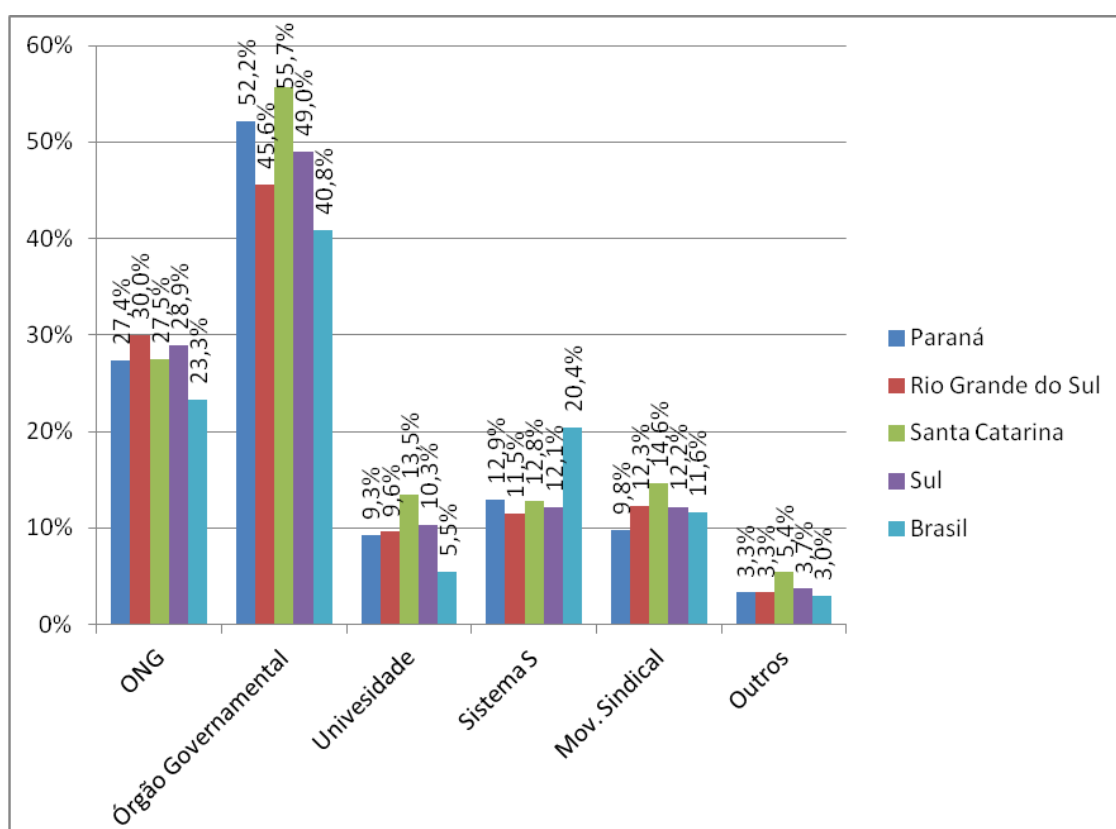


Gráfico 3 – Fontes de apoio aos EES

Fonte: Dados do Atlas de Economia Solidária compilados pelo autor

O fórum gaúcho de Economia Solidária conta com 11 fóruns microrregionais e cerca de 50 fóruns municipais, distribuídos por todo o estado, que possibilitam uma integração imprescindível entre os componentes da Economia Solidária no estado. Em Santa Catarina o fórum estadual foi criado em 2000, contando hoje com cerca de 10 fóruns microrregionais presentes em diversas regiões do estado, contando ainda com um fórum municipal de Economia Solidária no município de Itajaí.

ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA

Como alternativa viável para a geração de trabalho e renda, a Economia Solidária passou a configurar como política pública em todo o Brasil, a partir da criação, em 2003, da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), que implantou o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, vinculada ao Ministério do Trabalho do governo federal, sob o comando do professor Paul Singer, grande estudioso do tema. A partir desse momento, iniciativas locais de apoio à Economia Solidária, ainda que não constituídas enquanto lei, passaram a ser fortalecidas. Em regiões onde a discussão a respeito do tema ainda era incipiente, as ações da SENAES, bem como os programas dos diversos ministérios que passaram a evidenciar a Economia Solidária enquanto forma de organização, fizeram com que alguns gestores públicos despertassem para esta temática.

Na região Sul, as primeiras iniciativas públicas de apoio ao que hoje chamamos de Economia Solidária, tiveram lugar no Rio Grande do Sul. De acordo com Marcosin (2008), as iniciativas públicas de apoio à Economia Solidária tiveram início no município de Porto Alegre no ano de 1989 e permaneceram por três gestões governamentais seguidas. Ações semelhantes foram desenvolvidas em diversas prefeituras na gestão do Partido dos Trabalhadores, como em Caxias do Sul, Santa Maria, entre outros municípios.

Em 1999, com a ascensão do partido dos trabalhadores ao governo estadual, uma política de apoio numa perspectiva de proposta contra-hegemônica foi desenvolvida pela Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais – SEDAI, o que culminou com o decreto de criação da política pública de Economia Solidária gaúcha em 2001.

Fruto disso foi a lei municipal de 2008, de apoio à Economia Solidária no município de Santa Maria, que é um polo de Economia Solidária, com a rede Coesperança, a feira internacional de Economia Solidária e mais de uma centena de EES. Destacamos dessa lei a criação do Conselho Municipal de Economia Solidária.

Isso foi um marco para a efetivação de políticas públicas de fomento à Economia Solidária. Anteriormente, o que existiram foram programas de governo, que se encerravam com a transição dos gestores, não tendo continuidade e frustrando o desenvolvimento dos EES, que se viam abandonados do dia para a noite, por não interessarem ao novo governante. Esta questão é sobremaneira importante, pois somente com a adoção da Economia Solidária como política pública e não de governo somente, é possível que esta avance e se fortaleça enquanto proposta contra-hegemônica e não tão somente uma medida paliativa para comunidades e trabalhadores excluídos. Infelizmente, com a transição governamental no estado, hoje a Economia Solidária não consta dentre as atividades da SEDAI. Ao mesmo tempo, tramita na assembleia legislativa do estado um projeto que visa estabelecer um marco regulatório para os EES gaúchos.

No Paraná, no ano de 2003, a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social (SETP) passou a implantar o Programa de Economia Solidária,

através de eventos de sensibilização e de ações para sua constituição enquanto política pública. As ações realizadas foram diversas, desde fóruns e atividades de formação até os cursos de capacitação dos integrantes dos EES, bem como de outros interesses através do Plano Territorial de Qualificação Profissional (PLANTEQ) com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Além dessas atividades, foi dado apoio à realização das feiras e seminários ligados a Economia Solidária. No entanto, à Economia Solidária ainda não está constituída no âmbito estatal como uma política pública.

No tocante a políticas públicas municipais de Economia Solidária, o estado conta com o exemplo do município de Londrina, uma das maiores cidades da região Sul do Brasil e com 79 EES. A exemplo dos demais, uma gestão do partido dos trabalhadores implantou em 2008 a lei municipal de apoio à Economia Solidária. Dentre o texto dessa lei destacamos a iniciativa de criação do centro público de Economia Solidária, muito importante para a comercialização dos produtos e serviços dos EES.

Em Santa Catarina, a primeira iniciativa de política pública de apoio à Economia Solidária é recente (2009), e contempla aspectos dispersos nas leis citadas anteriormente. Esta lei do município de Itajaí (estabelecida durante gestão do PP- Partido Progressista). trata da criação de: centros públicos de Economia Solidária e Comércio Justo; do conselho e do fundo municipal de Economia Solidária; da integração entre as universidades, EES e agentes públicos e ainda da certificação dos produtos dos EES.

Dessa maneira, são contempladas a comercialização, a integração, o diferencial necessário para a inserção no comércio justo e os preceitos necessários para a efetivação da política pública. Cabe ressaltar que o município de Itajaí, bem como Porto Alegre, conta com EES ligados à rede Justa Trama, cadeia produtiva solidária do algodão agroecológico (LACERDA, 2009).

No entanto, a Economia Solidária é um movimento em franca expansão em toda a região sul e tanto políticas de governo, quanto políticas públicas ligadas à Economia Solidária são iniciadas a cada dia na região. Ressaltamos que esta institucionalização é necessária para que com as transições governamentais estas políticas não sejam abandonadas o que prejudicaria sobremaneira os EES e os trabalhadores que os integram.

A Tabela 2 expõe as iniciativas públicas de apoio à Economia Solidária, levantadas junto ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária, na região sul do país, compreendendo todas as iniciativas cadastradas nesta que é a maior base de dados do gênero no país.

Tabela 2 – Iniciativas Públicas de Apoio à Economia Solidária na Região Sul

Local	Iniciativa	Aspectos mais relevantes	Ano
Estado do Rio Grande do Sul	Decreto n°. 41.062	*Criar, manter ou ampliar oportunidades de trabalho e acesso à renda, através de empreendimentos autogestionados, de forma coletiva e participativa, pelos próprios trabalhadores produtores;	2001
Santa Maria /RS	Lei n° 5150	*Criar, manter ou ampliar oportunidades de trabalho e acesso à renda, através de empreendimentos autogestionados, de forma coletiva e participativa, pelos próprios trabalhadores produtores; *Criar o Conselho Municipal de Economia Solidária;	2008
Londrina/PR	Lei n° 10.523	*Apoiar iniciativas coletivas de geração de trabalho e renda que se organizam com base na autogestão, cooperação e solidariedade; *Criação do Centro Público de Economia Solidária.	2008
Itajaí/SC	Lei n° 5.245	* Implementação dos Centros Públicos de Economia Solidária, Incubadoras Públicas de EES, Bancos Populares e Comunitários e Centros de Comércio Justo e Solidário; * Estimular a integração entre pesquisadores, parceiros e empreendimentos; * Criação do selo de certificação de EES de Itajaí; *Implantação do Conselho Municipal de Economia Solidária e do Fundo Municipal de Economia Solidária.	2009

Fonte: FBES (2009)

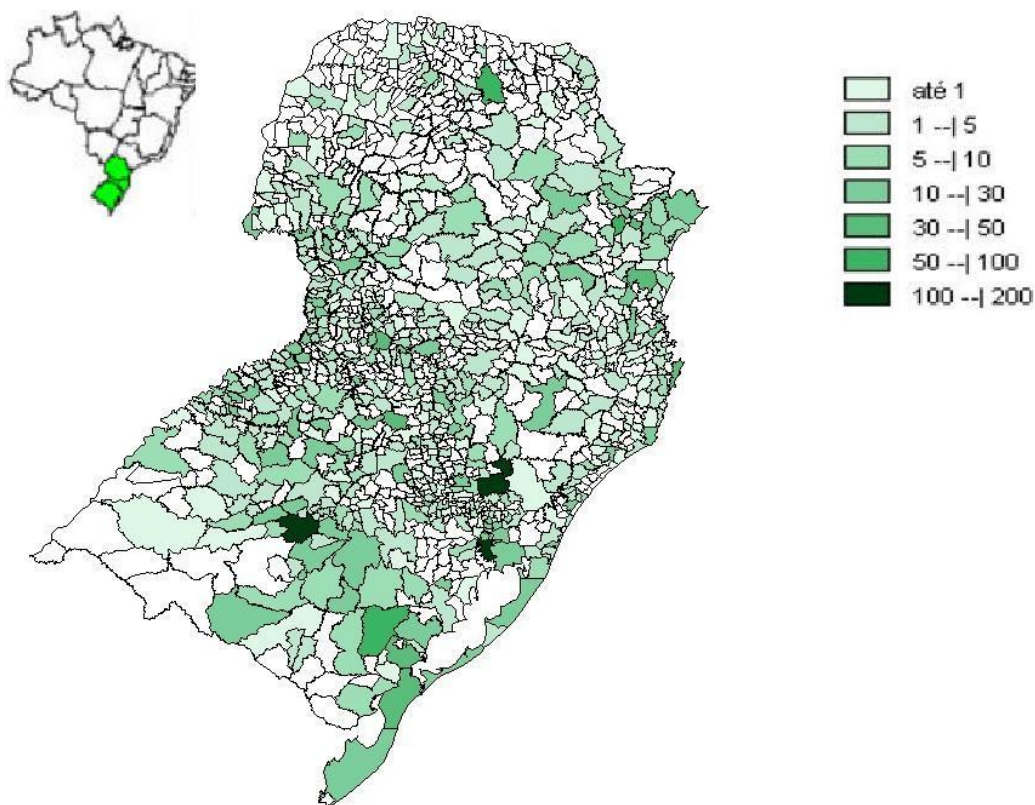
A prevalência da Economia Solidária no Rio Grande do Sul é fruto do pioneirismo deste estado em diversos fatores profícuos para a expansão e o desenvolvimento da Economia Solidária, expostos no Tabela 3. As primeiras ações de apoio, bem como iniciativas públicas de apoio à Economia Solidária na Região Sul, tiveram lugar neste estado. Os primeiros eventos organizativos e discussão em torno da Economia Solidária no país também se concentraram neste estado, da mesma forma que os primeiros fóruns de Economia Solidária. A experiência obtida e o relacionamento entre entidades de apoio, órgãos de governo de todos os níveis e EES, fez com que o processo de desenvolvimento e expansão da Economia Solidária no Estado esteja mais avançado que no Paraná e em Santa Catarina. Isso diz respeito também à diversidade de iniciativas e de entidades de apoio existentes e atuantes há muitos anos no estado.

Tabela 3 – Síntese da Economia Solidária na Região Sul

	% dos EES da Região	% nº de participantes nos EES da região	% de municípios com EES	Políticas Públicas/Ano	Entidades de apoio	Ações governamentais	Redes, fóruns e feiras de Economia Solidária
Rio Grande do Sul	58,21%	67,26%	61%	1 Lei estadual (2001) 2 Leis municipais (2008 e 2010)	6 ITCPS Ações de apoio desde a década de 1980	Apoio de governos de cunho popular desde o final da década de 1980 em diferentes cidades	<ul style="list-style-type: none"> • Rede Coesperança em Santa Maria • Maior Feira de Economia Solidária do Brasil realizada desde 1994 • Grande número de fóruns em todos os níveis
Santa Catarina	19,21%	23,54%	59,7%	1 Lei municipal (2009)	5 ITCPS Apoio iniciado no decorrer da década de 1990	-	<ul style="list-style-type: none"> • Fórum estadual existente desde 2005 • EES do estado integra a Rede Justa Trama de algodão ecológico
Paraná	22,58%	9,20%	35,8%	2 Leis municipais (2008 e 2010)	4 ITCPS Apoio iniciado no decorrer da década de 1990	Apoio municipal de forma isolada e em nível estadual desde 2003. Em 2011 o termo "Economia Solidária" passou a incorporar o nome da Secretaria de trabalho do estado	<ul style="list-style-type: none"> • Fóruns concentrados na região de Curitiba • Inexistência de redes em torno da economia solidária • Feiras iniciando em isoladas e recentes • Proposição de uma lei estadual para a Economia Solidária

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do SIES, do FBES e pesquisas próprias.

No entanto como mostra o Mapa 1, ela é distribuída de forma heterogênea, com 58,21% dos EES e 67,26% dos participantes no Rio Grande do Sul; 22,58% dos EES e 9,2% dos participantes no Paraná; e 19,21% dos EES e 23,54% dos participantes em Santa Catarina.



Mapa 1 – Economia Solidária na Região Sul – 2007

Fonte: Dados do SIES compilados pelo autor.

O perfil dos EES do Paraná, majoritariamente com até 10 participantes e ligados a pequenos grupos urbanos, faz com que o estado, embora possua mais EES que Santa Catarina, tenha um número de participantes menor. Em Santa Catarina o perfil dos EES possui um número maior de participantes pela participação das fábricas recuperadas e das associações rurais que congregam mais integrantes.

Convém ressaltar que as cidades com maior número de EES no Rio Grande do Sul em 2007: Santa Maria (que hoje possui uma lei de fomento), Porto Alegre, Caxias do Sul, experimentaram programas de governo que fomentaram a Economia Solidária. Em Santa Catarina, os municípios de Chapecó e Florianópolis possuem o maior número de EES: um possui uma ITCP atuante e o outro é a capital do estado. No Paraná, Londrina e Curitiba se destacam: a primeira possui hoje uma lei de fomento à Economia Solidária e a segunda é a capital do estado, onde estão presentes diversas entidades de apoio.

No Rio Grande do Sul e em Santa Catarina os EES estão presentes em cerca de 60% dos municípios; no Paraná esse percentual não passa de 35%.

Observa-se, assim, que a expansão da Economia Solidária está diretamente relacionada à existência de entidades de apoio, de políticas públicas, de capacidade organizativa dos envolvidos, além do acúmulo de experiências que propicia o seu desenvolvimento, confirmando a hipótese levantada anteriormente.

CONCLUSÕES

Percebemos que, de modo geral, cresceu significativamente o número de EES na década de 1990. A ação das entidades de apoio que surgiram na década, bem como as políticas de governo implementadas no Rio Grande do Sul no período e eventos de articulação realizados na região contribuíram para este contexto (BARBOSA, 2007). Não podemos esquecer ainda da crise do emprego nesta década. Ela originou a tomada de empresas falidas por diversos grupos de trabalhadores na região e fez com que trabalhadores excluídos do mercado de trabalho se organizassem em torno dos EES como alternativa ao desemprego.

O período compreendido entre 2001 e 2007, foi quando mais EES iniciaram suas atividades. Mais de 50% dos 3.566 EES existentes na Região Sul em 2007 surgiram nesse período. Cabe destacar o surgimento da política pública nacional de Economia Solidária, que fomentou a formação de vários EES. Os programas de governo estabelecidos no Paraná e Rio Grande do Sul foram importantes para esta expansão. Outro fator predominante foi a atuação ainda maior das ITCPS e a formação dos fóruns de Economia Solidária nos níveis estaduais, microrregionais e municipais. No Paraná o número de EES quase que triplicou no período. No Rio Grande do Sul surgiram mais de mil EES. Santa Catarina teve no período um incremento no número de EES semelhante ao da década de 1990.

Constatamos assim que a Economia Solidária está em crescente expansão nas últimas décadas, tanto pela crise do emprego na década de 1990, quanto pelas iniciativas públicas que ocorreram nas duas últimas décadas. Dessa forma, em 2007 a região Sul contava com 3.583 EES, que correspondiam a 16,39% dos EES em todo o país, estando presente em 621 municípios, o que representa 55,05% do total da região. Um contingente de mais de meio milhão de pessoas, totalizando cerca de 2% da população da região Sul, estava ligada a empreendimentos econômicos solidários.

Colocamos como proposta uma organização ainda maior dos EES da região Sul do Brasil em forma de redes solidárias. Uma grande ferramenta de apoio para isso é a rede virtual Cirandas, criada em 2009 pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Essa rede visa facilitar a comunicação entre EES, fóruns, consumidores para a formação de redes e cadeias solidárias, divulgação de EES e produtos, bem como a interação entre esses agentes.

Como trata Mance (2003), a organização de redes de Economia Solidária é uma estratégia viável para seu desenvolvimento e expansão, fazendo com que EES, outrora isolados, possam compartilhar seus conhecimentos e produtos com outros EES. A comercialização e o alcance aos consumidores é outra vantagem proporcionada pela organização em redes. Dessa forma, criam-se elos capazes de fortalecer os empreendimentos e reafirmar a Economia Solidária como modo contra-hegemônico de produção e consumo que visa à satisfação das necessidades humanas, à realização por meio trabalho e ao respeito ao outro e ao meio ambiente.

Com isso, a questão posta por Tauile (2002), que é saber se os empreendimentos econômicos solidários terão espaço para sobreviver em meio à dinâmica capitalista, no longo prazo, pode ser respondida, ao menos em parte. Coloca-se, ainda, como questionamento se a Economia Solidária é capaz de criar uma dinâmica própria entre seus agentes ou se em um dado momento, ela será incorporada como um setor dentro da dinâmica capitalista de produção.

Vimos que a sua expansão foi intensa nas duas últimas décadas, o que traz consigo uma série de riscos, como o oportunismo ou a incorporação dos EES à lógica capitalista. No entanto, acreditamos que, quando pautada em políticas públicas e não somente em políticas de governos transitórias e com o apoio de entidades de apoio, comprometidas à preservação de seus princípios, é possível.

A organização dos EES, pautada na autogestão/cooperação, feita por trabalhadores excluídos da dinâmica capitalista é o germe necessário para que a Economia Solidária se consolide como uma “outra economia” que vise às pessoas, ao meio ambiente e não ao lucro. Consideramos a importância dos gestores públicos, pesquisadores e técnicos das entidades de apoio. Todavia quem possibilitou realmente a expansão da Economia Solidária foram os trabalhadores.

As relações de trabalho, a forma de se ver o meio ambiente e o consumidor, a maneira como esses se relacionam com os demais EES e atuam nas esferas organizativas, definiram, juntamente com as políticas públicas e ações de apoio implementadas, os rumos da Economia Solidária.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 3ªed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.

BALBINOT, Edeimar L. Particularidades inerentes ao modelo de Gestão de um empreendimento de Economia Solidária: um estudo de caso. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. **A economia solidária como política pública**: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.

BEATRIZ, Marilene Zazula. Os sentidos da economia solidária: os caminhos da construção da autonomia coletiva e organizativa. Tese (doutorado) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social Pontifícia, Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

CARNEIRO, Francisco Galvão. Perfil da pobreza e aspectos funcionais dos mercados de trabalho no Brasil. In: **Pobreza e Mercados no Brasil**: uma análise de iniciativas de políticas públicas. Brasília: CEPAL. Escritório no Brasil/DFID, 2003.

CORAGGIO, José Luis. **Desarrollo regional, espacio local y economía social**. Disponível em: < www.coraggioeconomia.org>. Acesso em: 25 mar.2009.

COUTROT, Thomas. **Brésil: le boom de l'économie solidaire**. Disponível em: < <http://www.france.attac.org/spip.php?article1053>>. Acesso em 28 mar.2009.

FINKLER, Anna Luisa. A relação entre os problemas de saúde dos trabalhadores e o processo de trabalho em frigoríficos. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Enfermagem) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2007.

GAIGER, Luiz Inácio (2008). "Brasil: un retrato de la lucha emancipatoria de los pobres". **Revista Outra Economia**. Vol.II, nº2 1º semestre/ 2008. Disponível em: <www.riless.org/otraeconomia>. Acesso em: 30 mar.2009.

GIRELLI, Scheila (2007). **Incubadoras sociais**: perspectivas e desafios na consolidação da economia solidária. Disponível em: < <http://www.itcp.usp.br/drupal/node/540>>. Acesso em: 10 mai. 2009

LACERDA, Luiz Felipe Barboza. Governar-se para quê? As práticas de gestão dos empreendimentos econômicos solidários: o caso da cadeia produtiva de algodão ecológico Justa Trama. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Unisinos: São Leopoldo, 2009.

MANCE, Euclides André (org). **Como organizar redes solidárias**. Rio de Janeiro: DP & A, Fase, IFIL, 2003.

MARCONSIN, Aduino Fernandes. Política pública de economia solidária: uma política em construção. Tese (doutorado), Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2008.

NOVAES, Henrique T. **Desenvolvimentismo reloaded x Desenvolvimento integral do ser humano**: qual o papel da Universidade? Disponível em: < www.fbes.org.br>. Acesso em: 04 abr.2009.

OCEPAR – Organização das cooperativas do Estado do Paraná. Disponível em: < <http://www.ocepar.org.br/ocepar/>>. Acesso em: 2 jun.2009

PEDRINI, Dalila M. Bruscor: uma experiência que aponta caminhos. In: **A Economia Solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. SINGER, Paul, Souza, André R.(orgs), 2000.

QUERMES, Paulo Afonso de Araújo. "Economia Solidária: Novas exigências para a universidade e a sociedade brasileira". In: **Revista Diálogos UNB**. Brasília. Editora Universa, set/2002, p.10-16.

Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. Disponível em: <<http://www.itcp.usp.br/drupal/node/440>>. Acessado em: 10 mai. 2009.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento: significado e Estratégia**. Texto para discussão. MTE/SENAES, Brasília, 2004. Disponível em <www.mte.gov.br/ecosolidaria/> Acesso em: 04 abr.2009.

_____. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul & SOUZA, André (Orgs.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

SCHÜTZ, Rosalvo. Economia Popular Solidária: novos desafios para a educação popular. In: **Série Le Monde Diplomatique Brasil**. (Org.). Desafios da economia solidária. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008, v. 04, p. 19-52.

TÉVOÉDJRÈ, Albert. **A pobreza, riqueza dos povos: a transformação pela solidariedade**. Petrópolis: Vozes, 1982.

ZANCHET, Maria Salete. "Características dos empreendimentos de economia solidária no Paraná". In: **Boletim Análise Conjuntural**, v.30, IPARDES, p.23-24. set./out. 2008.

Submetido em 30/11/2011

Aprovado em 27/11/2012

Sobre o autor:

Bolívar Alencar Ribeiro

Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE (2011). Professor da Faculdade Educacional de Araucária – FACEAR. Administrador na Companhia Paranaense de Energia – COPEL.

Endereço: Rua José Izidoro Biazeto Mossungue. CEP: 81200-240 - Curitiba, PR – Brasil.

E-mail: ribeiro.bolivar@gmail.com